

EDUCAÇÃO, DIREITOS HUMANOS E JUSTIÇA SOCIAL: A EXPERIÊNCIA DO “PRÉ-ACADÊMICO SUPERAÇÃO-CAA” ENQUANTO INSTRUMENTO DE/PARA TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

**Marciano Antonio da Silva
Luciano Flávio do Nascimento Cezario Filho
Maria Ananda Alves Florêncio
Tamires da Silva Melo
Allene Carvalho Lage (Orientador)**

Pensar as questões que emergem de um sistema de ensino público, gratuito e de qualidade é antes de tudo uma questão de direitos humanos, tendo em vista que esse mecanismo potencializa um processo de formação crítica e reflexiva para a prática da cidadania e transformação social. Ancorado nesse pensamento, trazemos à cena a experiência vivenciada no projeto de extensão “Pré-Acadêmico SuperAção” da Universidade Federal de Pernambuco/Campus Agreste, o qual surge na perspectiva de possibilitar à ascensão desse direito àqueles sujeitos que foram colocados à margem da sociedade por um sistema hegemônico que excluiu e subalternizou as chamadas minorias sociais. Desse modo, o referido projeto de extensão vem através de uma ação conjunta de bolsistas e voluntários dos diferentes cursos da graduação do CAA, possibilitando mecanismos para que os/as estudantes e egressos/as do sistema de ensino público da região do agreste de Pernambuco, tenham possibilidades de ingressar no ensino superior público e de qualidade. É a partir dessa experiência acadêmica que perpassa os muros da academia que deteremos nosso olhar no presente estudo, buscando refletir acerca das questões que permeiam o processo de preparação desses sujeitos para ingresso no ensino superior público. Trazemos como objetivo geral do nosso trabalho, compreender as principais contribuições do projeto de extensão Pré-Acadêmico SuperAção no processo de formação dos seus sujeitos. Entendemos que a vivência dos/as estudantes e egressos oriundos dos sistemas de ensino públicos no SuperAção representa uma ação inovadora, pensando a mesma para além do ensino, mas num processo de transformação social, pois, traz para dentro da universidade pública as camadas populares que tiveram seu acesso negado no decorrer da história. Dessa maneira, buscando alcançar o objetivo geral do presente trabalho, nosso estudo adota uma abordagem do tipo qualitativa, onde fizemos uso do estudo exploratório.

Utilizamos como procedimento analítico o Método de Caso Alargado que permitiu lançar um olhar minucioso para o caso estudado. Para tanto, utilizamos enquanto técnica de coleta de dados o recurso do questionário que foi aplicado aleatoriamente com os/as alunos/as participantes do SuperAção. Sob este viés, a participação dos/as estudantes no SuperAção é destacada pelos mesmos como sendo uma experiência exitosa, pois, tem proporcionado conhecer e realizar um amplo debate em torno das questões políticas, sociais e culturais. Assim, vem se tornando um importante canal de difusão e interação do conhecimento. Nesse sentido, entendemos que o projeto vem conseguindo cumprir com suas propostas, pois vem ampliando os conhecimentos e preenchendo as lacunas do acesso dos/as estudantes de escola pública, a partir de uma formação alicerçada numa perspectiva crítica e reflexiva, na qual os sujeitos são convidados a pensar as questões de suas realidades. Desse modo, tem oportunizado anualmente o acesso de cerca de 125 estudantes e egressos do ensino público que advêm de diferentes espaços, realidades e contextos sociais, os quais traduzem uma multiplicidade de saberes e vivências, que são compartilhados e utilizados em meio a práxis em que se pauta o projeto de extensão. Vale destacar que o projeto conta com um público diverso no que se refere a faixa etária, classe social e contextos de onde os mesmos advêm. No processo seletivo de 2016 optou por definir cotas, de maneira a democratizar o acesso, vindo destinar 50% de suas vagas para negros/as, pardos/as, transexuais, travestis e pessoas portadoras de deficiência. Sob esse viés, acreditamos ser necessário uma justiça social que reconheça os direitos que foram negados e abra o acesso para os novos sujeitos dentro de suas comunidades. Entendemos que o acesso à educação será um instrumento chave para rompimento dessas desigualdades sociais, na medida em que estes se reconheçam enquanto sujeitos de direito e atuem rumo à uma transformação social, modificando seu contexto e desmistificando os modelos que encontram-se arraigados nas injustiças sociais. Sendo assim, é atrelado a esse pensamento de educação, justiça social e direitos humanos que o SuperAção acredita e vem firmando um compromisso para sua concretização.

Palavras-chave: direitos humanos; educação; justiça social

Referência Bibliográficas

BRASIL, Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos / Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. – Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, UNESCO, 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=2191-plano-nacional-pdf&Itemid=30192 . Acesso em 20 ago 2016.

DIAS, Adelaide Alves. A escola como espaço de socialização da cultura em direitos humanos. In: ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares; SILVEIRA, Rosa Maria Godoy; DIAS, Adelaide Alves. (Org.). Direitos Humanos: capacitação de educadores - Fundamentos culturais e educacionais da Educação em Direitos Humanos - Vol. 2. 1ª ed. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2008, v. 2, p. 155-160

LAGE, Allene. Educação e Movimentos Sociais: Caminhos para uma pedagogia de luta. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2013.

SILVA, Aida Maria Monteiro; TAVARES, Celma. Educação em direitos humanos no Brasil: contexto, processo de desenvolvimento, conquistas e limites. *Educação*. Porto Alegre, v. 36, n. 1, p. 50-58, jan./abr. 2013. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrio.br/ojs/index.php/faced/article/viewFile/12315/8740> . Acesso em 19 ago. 2016

